

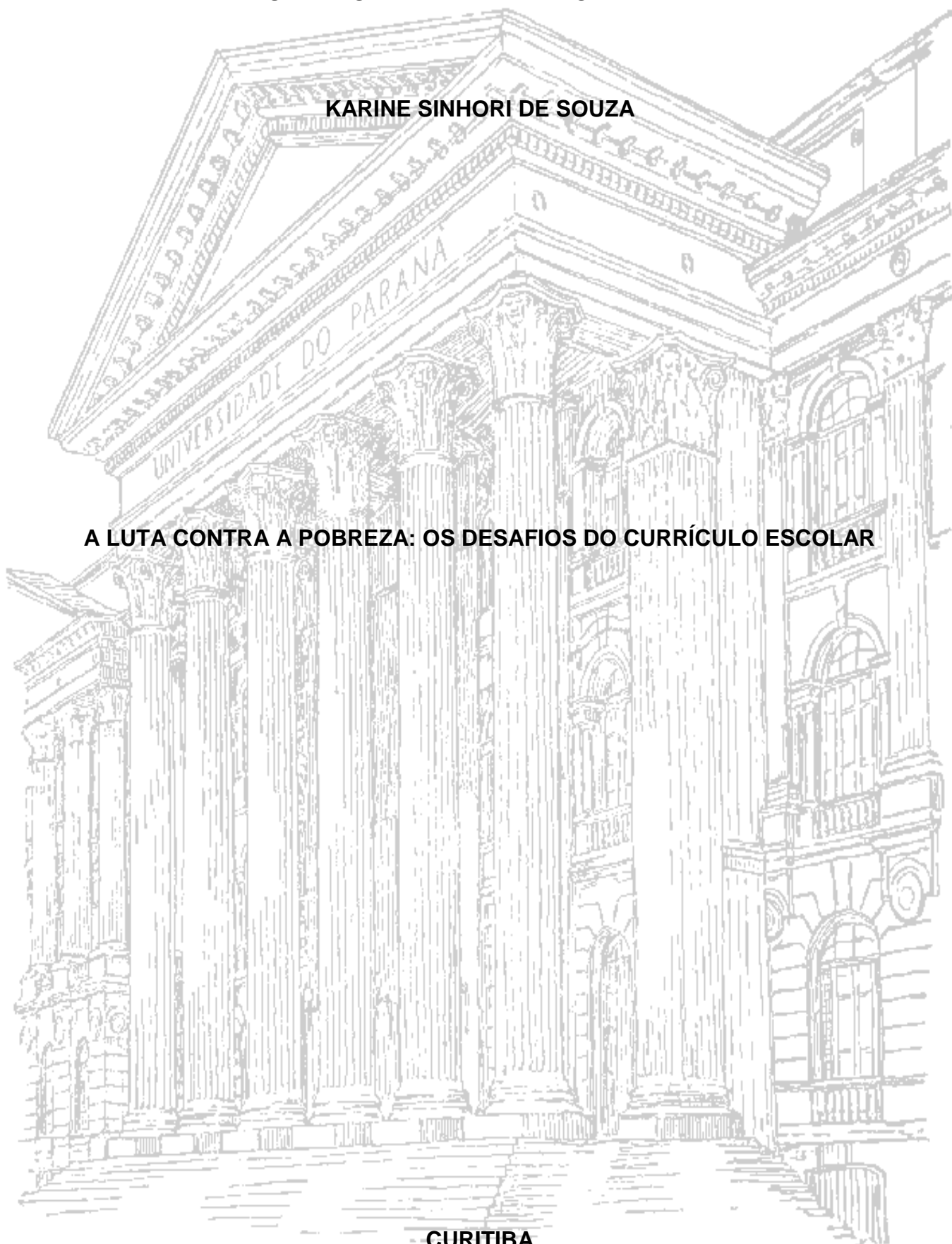
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KARINE SINHORI DE SOUZA

A LUTA CONTRA A POBREZA: OS DESAFIOS DO CURRÍCULO ESCOLAR

CURITIBA

2016



KARINE SINHORI DE SOUZA

A LUTA CONTRA A POBREZA: OS DESAFIOS DO CURRÍCULO ESCOLAR

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora. Ms. Jocilene Gordiano Lima Tomaz Pereira

CURITIBA

2016

A luta contra a pobreza: Os desafios do currículo escolar

Karine Sinhori de Souza

RESUMO

O Bolsa Família é um dos programas que integram Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal, que tem em vista superar a extrema pobreza no país. O Programa é uma garantia de renda, sendo assim, um alívio imediato para a situação de pobreza material das famílias beneficiárias. Com o Programa, famílias de baixa renda do Brasil garantem o acesso a serviços essenciais, como alimentação, saúde e educação; e uma das condicionalidades do Programa para que a família receba é que mantenha seus filhos na escola

O currículo é a expressão da função social da instituição escolar, e isso tem suas consequências para o comportamento dos alunos. Partindo do fato de que em nossa sociedade existem diferenças culturais e desiguais oportunidades ligadas a desigualdades socioeconômicas e de classes, a definição do currículo escolar comum mínimo – ou de qualquer outra cultura normatizadora – não é uma decisão inocente e neutra para as diferentes coletividades sociais, cujas experiências culturais, escolares e suas expectativas de futuro conectam desigualmente com essa cultura comum e com o que fique fora dela. Numa sociedade heterogênea e com desiguais oportunidades de acesso à cultura, o currículo comum obrigatório tem que ser focado desde uma perspectiva social.

A relação entre conhecimento e prática condiciona os limites de autonomia de quem a governa e planeja. Por isso dissemos que o currículo é um importante instrumento que a escola torna possível para atender ao público que chega até ela. As aprendizagens que os alunos realizam em ambientes escolares não acontecem no vazio, mas estão institucionalmente condicionadas pelas funções que a escola, como instituição, deve cumprir com os indivíduos que as frequentam. Isso tem uma série de consequências importantes, e a mais decisiva de se ressaltar é a qualidade da educação oferecida aos diversos alunos que chegam à escola.

Este artigo apresenta a relação da pobreza com o currículo escolar apresentado nas instituições de ensino e como o Programa Bolsa Família tem impacto sobre esses alunos que chegam até elas.

Palavras-chave: Pobreza; Currículo Escolar; Educação.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo discute questões relativas ao termo “currículo escolar e pobreza”, tema ainda pouco difundido tanto pelos meios científicos, como pelas mídias. Neste sentido buscou - se compreender componentes inerentes a ele, demonstrando que o mesmo é fruto de construções históricas, culturais e principalmente sociais.

A escolha do tema de pesquisa baseou-se no desejo de contribuir para que se reflita mais sobre as desigualdades que o currículo escolar proporciona e quais os desafios enfrentados para mudar esse cenário, cuja exclusão penaliza as pessoas e as sociedades e contribui para aumentar as desigualdades de toda a ordem.

O ambiente escolar é criado pelo clima de trabalho, organizado de uma forma peculiar em torno de tarefas para desenvolver um currículo, que tem a ver com a organização da instituição escolar, refletindo outros determinantes exteriores à própria instituição. Um currículo comum é uma tentativa de garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem.

O Brasil ainda não possui um currículo escolar unificado, que determine o que e em que momento os conteúdos devem ser ensinados a estudantes do ensino básico, conforme matéria na revista *On – Line Veja* (2014). Isso talvez não fosse uma questão tão sensível se esses mesmos alunos não fossem periodicamente submetidos a avaliações que cobram os conhecimentos supostamente transmitidos.

Hoje, Estados e municípios são responsáveis pela elaboração do currículo usado nas escolas públicas. Na rede privada, cabe a cada instituição determinar as expectativas de aprendizagem dos alunos. Há, portanto, milhares de currículos espalhados pelo país.

2. A LUTA CONTRA A POBREZA E A SUA RELAÇÃO COM A ESCOLARIZAÇÃO

A história da educação escolar no Brasil é marcada pelas mesmas desigualdades que nos constituem como sociedade. Os degradados pela pobreza, só tardiamente começaram a ter acesso ao sistema educativo.

O artigo Nº 179 da primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, já previa educação primária a todos os cidadãos e o artigo Nº 250, a instalação de escolas primárias em cada termo, de ginásio em cada comarca e de universidades nos locais mais apropriados. Contudo, um século depois que tal imperativo legal não estava sendo cumprido, fato agravado pelos relatórios ministeriais que apontavam o “lamentável estado do ensino primário” e o “aspecto melancólico e triste da instrução pública primária” (MOLL, 2001 p.2).

Nos anos 20, do século XX, como Superintendente de Educação no Estado da Bahia, Anísio Teixeira assombrou-se com o estado precário no qual estudavam os poucos meninos e meninas pobres, que tinha acesso à escola.

Portanto, o difícil acesso à escola para todos especialmente para os pobres, marca a educação brasileira que pode ser caracterizada tardia, seletiva e profundamente desigual.

Com tais características, começamos o século XX com 75% da população analfabeta, ou seja 12.939.753 de brasileiros e brasileiras analfabetas (em relação uma população total de 17.388.434 de pessoas).

A expansão da rede escolar aconteceu, paulatinamente, ao longo do século XX, acelerando-se com o ritmo do processo e das demandas de industrialização no país. Com vagas numericamente inferiores à demanda, a progressão nos anos escolares da educação primária mostra claramente o processo de exclusão operado internamente pelo sistema escolar. Segundo Ribeiro (1984), de 1.000 estudantes matriculados no 1º ano em 1948, apenas 161 chegaram ao 4º ano em a 1961 e, dez anos depois esta relação entre acesso e permanência não tinha melhorado muito: de cada 1.000 estudantes matriculados no 1º em 1958, apenas, 207 chegaram ao 4º ano em 1961.

O fracasso escolar era atribuído a características biológicas, psicológicas e culturais das crianças e jovens, em geral provenientes de grupos sociais populares, e suas não aprendizagens e suas saídas extemporâneas da escola, reconhecidas como evasão e abandono escolar. Produziram e consolidaram-se, então, na formação dos profissionais da educação e nas práticas e discursos escolares, processos que se intitulam naturalmente como *patologização da pobreza e naturalização do fracasso escolar dos pobres*. (Ribeiro, 2013. P.28)

Ferraro (1987) fala de um duplo processo de exclusão: a exclusão da escola e a exclusão na escola. Entendidos como possíveis processos de exílio da esfera pública, o analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade podem ser compreendidos como expressões estruturais de exclusão social e de marginalização econômica, trazendo profundas consequências no campo dos direitos.

Nesse sentido, o imenso desafio enfrentado pelo Brasil, sobretudo na última década, diz respeito à universalização do acesso ao sistema educacional, em seus diferentes níveis e etapas, à permanência e ao aprendizado efetivo e significativo para a vida em sociedade. Desnaturalizar o fracasso escolar, ainda fortemente expresso em intermináveis reprovações, repetências e saídas extemporâneas da escola, é tarefa histórica que se impõe aos corresponsáveis pela construção de uma sociedade democrática e republicana, na qual todos possam viver com dignidade e igualdade.

O objetivo geral do artigo é analisar o Programa Bolsa Família enquanto política de transferência de renda, as relações entre a luta contra a pobreza e o currículo escolar. Abordando a questão de como currículo escolar pode se configurar como um instrumento de luta contra desigualdades sociais e redução da pobreza. O trabalho foi produzido através de revisões bibliográficas especialmente em artigos publicados em bases abertas controladas – como a Scientific Electronic Library OnLine (SciELO) e, complementarmente, o Google Acadêmico (Beta) -, livros especializados, fontes orais e reflexões do cotidiano.

Foram destacados alguns dos principais aspectos contidos na estrutura organizacional do Programa Bolsa Família, a saber: foco e acesso ao programa – englobando as condicionalidades e o currículo escolar presente nas instituições de ensino.

Entende – se aqui que uma dada política ou programa social é resultante de um complexo processo de intermediação de interesses, representados sob as mais

variadas formas organizacionais e com diferentes graus de poder de influência na agenda governamental. O Estado Brasileiro institui políticas sociais, mas com caráter assistencial. O caráter das políticas sociais compreende as formas de assistência à população que representam problemas estruturais, sua ação deve ter como sujeitos os grupos que não são capazes de trabalhar e gerir seu próprio consumo, compreendendo as crianças e adolescentes, os deficientes e idosos.

Política social deve ser aquela que de alguma forma busca minimizar o hiato social existente entre basicamente a classe trabalhadora e os capitalistas, é importante ressaltar que este hiato é compreendido através do processo histórico-estrutural que se concretiza atualmente na sociedade. Além de que as políticas sociais dependem de outras formas de ações governamentais, depende de ações que estão na esferas do setor econômico, jurídico, social e em especialmente aqui se falando, da educação, entre outras formando uma unidade com verdadeiro combate à pobreza e as desigualdades sociais.

No caso da pobreza, a assistência não deve ser contemplada para combatê-la, visto que as causas que proporcionam as condições de pobreza estão alicerçadas no modo de reprodução da sociedade, está na estrutura do sistema capitalista, ou seja, nas contradições inerentes do capitalismo, na relação dialética e contraditória entre o capital e o trabalho. A geração da pobreza não é objetivo central da ordem do capital, mas que seu desenvolvimento desdobra no aparecimento das desigualdades, assim o intuito é demonstrar como essas desigualdades podem ser atenuadas com os diferentes práticas de currículos nas escolas.

Uma das principais características da sociedade brasileira ao longo de sua história tem sido, infelizmente, a desigualdade social. Durante as décadas de 1980 e 1990, várias reformas da educação básica foram implementadas nos diferentes âmbitos governamentais no Brasil. Tais reformas teriam promovido o direito à educação? Elas, sem dúvida, ampliaram o número de estudantes e os anos de escolaridade das novas gerações, o que pode levar a certo otimismo. No entanto, apesar da sua ampliação quantitativa, as desigualdades educacionais continuaram a se reproduzir e a se multiplicar. (LEÃO, 2006)

Nesse sentido, podemos considerar as últimas décadas como períodos de avanços de maneira mais intensa, com modificações substantivas no formato de implementação das políticas públicas, dando materialidade ao enfrentamento às

desigualdades sociais no país. Um referencial desses avanços é a identificação nominal das famílias em situação de pobreza no Brasil, tendo como indicador inicial a renda. As famílias pobres deixaram, então, de ser invisíveis às políticas estatais e passaram a ter nome, endereço e perfil socioeconômico identificados e inseridos em uma plataforma de referência para as políticas públicas, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A partir da identificação das famílias, tem sido possível avançar, de maneira coordenada entre os entes federativos, na garantia do acesso a uma série de políticas, ações e serviços, dentre os quais o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família é um grande propulsor desse processo, pois carrega em sua gênese a intersetorialidade como premissa para dar conta de fatores multidimensionais da pobreza, por meio de transferência direta de renda, que promove “alívio imediato” da pobreza material, e das condicionalidades, que reforçam o acesso das famílias a serviços sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, de maneira integrada. As condicionalidades tem como premissa contribuir para o rompimento intergeracional dos pobres, focando seus esforços nas crianças e adolescentes das famílias beneficiárias, desde a gestação até a maioridade. Há mais de dez anos o Programa Bolsa Família vem provocando a articulação entre os setores de assistência social, saúde e educação para dar conta, dentre a universalização dos serviços, um olhar que reconheça o legado histórico de desigualdades do país.

Nesse sentido, a exigência da frequência escolar dos estudantes, como condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família, produz uma profunda ruptura na *seletividade física* do sistema escolar. Estamos convivendo com a primeira geração de meninos e meninas de meios sociais muito pobres que estão caminhando, coletivamente, como grupo social, para a conclusão da educação básica, superando em geral em muito a escolaridade de seus pais e avós.

3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: HISTÓRIA DE LUTA CONTRA A POBREZA

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pelo Governo Federal no início do ano de 2004 com a Lei N.º 10.836, e tem transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres, que vincula o recebimento do auxílio

financeiro ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) nas áreas de Educação e Saúde. Tem por objetivos promover o acesso à rede de serviços públicos em especial de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular o desenvolvimento das famílias beneficiárias; combater a pobreza e promover a intersetorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações do poder público (art. 4º, Decreto N.º 5.209/04). O Programa Bolsa Família é um dos programas que integram o Programa Fome Zero, que possui maior abrangência e objetiva a erradicação da fome e da exclusão social (BRASIL, 2005).

Portanto, o principal objetivo do Programa Bolsa Família é combater a pobreza tendo como metodologia a distribuição direta de renda. As famílias atendidas são obrigadas a cumprirem condicionalidades que são direcionadas para a área de saúde e educação. São consideradas condicionalidades pelo Programa Bolsa Família,

- a) Na área de Educação: frequência mínima de oitenta e cinco por cento (85%) de carga horária mensal, em estabelecimentos de ensino regular, de crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idade;
- b) Na área da saúde: pré-natal e puerpério, vacinação e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de 07 anos. (Brasília, 2005).

Na atualidade, alguns estudos como do INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA e BIE/Unesco Maputo, de Junho de 2006 apontam para uma melhoria de condições de vida das comunidades para o desenvolvimento individual e social, através de pessoas com um nível maior de escolaridade, aprendizagem e também, os projetos de escola como pista privilegiada de ação, sobretudo mantendo a ideia de tornar a missão da escola mais pertinente e clara em relação às necessidades de uma determinada comunidade.

As escolas públicas cumprem um papel central na agenda estatal, sendo muitas vezes a única representação do poder público em determinados espaços geográficos (OLIVEIRA, 2003). Foram estabelecidas historicamente articulações profícuas entre as políticas educacionais e outras políticas, especialmente as da saúde e as de assistência social, pois nas escolas estavam e estão as crianças. A desnaturalização do fracasso e a despatologização da pobreza

são desafios centrais que só serão encarados na medida em que os meninos e meninas das classes populares sejam vistos na sua inteireza e reconhecidos nas suas possibilidades cognitivas, estéticas e éticas.

As escolas tornaram-se porta de entrada para a diversidade de ações e programas, como vacinação, alimentação, renda. No espaço físico da educação formal, outras funções e tarefas foram e são processadas, transformando o espaço educacional sem muito mais que um espaço unicamente educativo. Passa-se a um espaço escolar no qual serão realizadas múltiplas maneiras de atenção às necessidades da população mais pobre como: alimentação e nutrição, saúde e higiene, vestuário, renda, entre outras (ALGEBAILLE, 2009).

Os alunos pobres no Brasil são a maioria: 17 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família em um contingente de 34 milhões, e a escola não os enxerga! A complexa trama da qual se falou é ignorada pois o foco do programa que resolveria os problemas identificados está na compensação de déficits que são atribuídos aos indivíduos e às suas famílias, nunca ao sistema escolar e muito menos ao sistema capitalista como um todo. Não há impactos significativos sobre o currículo no intuito de rever a maneira em que foi construído e a que interesses de classe atende, ou ainda visando a uma espécie de “justiça curricular”. (ASSIS; FERREIRA e YANOULLAS, 2012).

Nos artigos, materiais consultados do curso e matérias publicadas em jornais periódicos e internet, enfatiza-se muito o Programa Bolsa Família, os resultados positivos que o mesmo apresenta, as políticas públicas direcionadas à pobreza desde os anos 80 até os dias atuais e também dos processos econômicos direcionados à redução das desigualdades.

”Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deverá estar em condições de aproveitar as oportunidades educacionais oferecidas para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Estas necessidades abarcam tanto as ferramentas essenciais para a aprendizagem (como literatura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas) como os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos teóricos e práticos valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e

continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem varia de país a país em sua cultura e muda inevitavelmente com o transcurso do tempo (WCEA, 1990, p.157 apud FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 98)”.

Assim, conclui-se que os Programas de cunho social, com a intenção de minimizar as consequências das desigualdades sociais que atingem grande parte das famílias brasileiras também colaboram para alargar as possibilidades de sucesso e permanência escolar entre estudantes de baixa renda. Com isso, temos a queda expressiva da desigualdade de distribuição de renda, entendida aqui, como o aumento da renda dos mais pobres, verificada no Brasil nos últimos anos, essa queda não se converte, necessariamente, em melhoria nas outras dimensões da pobreza, tais como acesso a bens públicos (assistência, saúde, creche, mercado de trabalho, geração de renda, acesso aos direitos sociais, à proteção social), capital social e humano, autonomia e participação. É necessário um investimento em políticas públicas diferenciadas que considerem os demais condicionantes de vida, caso contrário será difícil enfrentar de maneira mais estrutural a extrema desigualdade de distribuição de renda e de acessos.

4. O CURRÍCULO ESCOLAR E A POBREZA

O currículo prescrito não pode nem deve ser entendido como um tratado pedagógico e um guia didático que oferta planos elaborados para professores, porque tem outras funções mais decisivas para cumprir, desde o ponto de vista da política educativa geral, do que ordenar os processos pedagógicos nas aulas.

Esta determinação da prática por parte dos materiais curriculares pode ser vista como negativa se acreditamos que anula a capacidade de iniciativa dos professores, pois pode tornar suas tarefas acadêmicas em algo pouco flexível e pouco adaptados às realidades sociais dos alunos e a seu contexto. Mas também pode ser utilizada como estratégia de inovação da prática, como uma oportunidade para incidir na realidade, se se sabe aproveitar adequadamente.

Nesta direção, o interesse desse artigo é possibilitar reflexões, evidenciar como o currículo escolar é pensado e planejado para construção de identidades, valores, saberes e nessa perspectiva poder dialogar com o aluno, através do

aprofundamento sobre suas origens pois essa faz com que se aproximem de seus processos de vida.

O redesenho às práticas curriculares, são condições para que essas mudanças sejam efetuadas e para que o pleno desenvolvimento da pessoa possa passar do discurso jurídico às práticas educacionais. A análise situacional da prática do ensino nos evidencia as consequências que uma prática institucionalizada tem, definida historicamente, ao menos em suas coordenadas básicas, por condicionamentos políticos, sociais, organizativos, certa tradição de desenvolvimento curricular, etc. Se, pelo contrário, as oportunidades desiguais ante o currículo devem a diferenças nos sujeitos, explicáveis por sua origem social e cultural, o currículo deve se tornar, pelo menos, um elemento de compensação, já que não poderá sê-lo nunca de total igualização.

É fundamental salientar o que escreve Cornall, citado por Sacristán:

“Há grupos de alunos de baixo rendimento que encontram pouca satisfações no trabalhos atual nos últimos anos da educação obrigatória, e devemos aceitar o objetivo de melhorar sua moral e seu rendimento. Mas não é evidente que a solução consista em dar relevo a sua singularidade e segrega-los, contra todos os princípios não seletivos, numa categoria especial, em lugar de nos perguntarmos *que mudanças devemos fazer, em enfoques, em método, em material, com o fim de lhes ajudar a gozar do benefícios de um currículo comum bem pensado* (o grifo é nosso), que tenha por objetivos satisfazer as necessidades que têm em comum com todos seus contemporâneos e com seus futuros concidadãos” (p. 65-66)

É nesse sentido de uma educação compreensiva, na qual se realiza um currículo escolar básico igual para todos, fazendo esforços na formação do professorado, adaptação metodológica e na organização escolar, para que todos os alunos possam obter um mínimo rendimento. A diversidade de alunos pode ser tratada com diferentes formulas que não são equivalentes entre si, nem ascéticas quanto aos seus efeitos sociais e pedagógicos.

Pode-se fazer muito pela igualdade de oportunidades educativas de alunos diversos entre si, simplesmente mudando a metodologia educativa, fazendo-a mais atrativa para todos a aliviando os currículos de elementos absurdos para qualquer tipo de aluno, que apenas uns, por pressão e atenções familiares ou pela

expectativa social de conseguir satisfações a longo prazo, suportam melhor e com mais coragem que os outros.

A diversidade pode ser enfrentada propondo opções internas dentro de uma mesma matéria ou área comum para todos. Trata-se de moldar o conteúdo interno das mesmas para poder satisfazer interesses diversos dos alunos, respondendo às diferenças dentro da sala de aula com a metodologia adequada, ou na escola, com fórmulas que não suponham segregação de garantir o progresso de todos.

Apesar de tudo, as diferenças individuais e a desigualdade de oportunidades frente à cultura escolar subsistirão, devendo o sistema escolar possibilitar que qualquer opção seja reversível: entre caminhos curriculares diferentes, tipos de educação, etc.

Diferentes conteúdos, em função do tipo de capacidade que se pressupõem como necessárias para seu melhor domínio, ou por sua desigual valorização social, podem ser vistos como mais próprios para uma classe de aluno do que de outro. Isso evidencia que as valorizações sociais sobre as classes, neste caso, e em suas distribuição entre alunos distintos filtra a valorização de uma parcela do currículo na hora de distribuí-lo entre alunos de uma classe social e outra.

Fenômenos semelhantes podem se dar, em função da percepção, sobre outras diferenças de raças e culturas dos alunos. Se uma área, disciplina ou conteúdo é valorizado como mais próprio de um tipo determinado de aluno, obviamente essas apreciações devem refletir-se na prática, o que destaca a projeção de tantas desigualdades em nossa sociedade ainda nos dias atuais.

A ampliação do currículo implica, também, a necessidade de revisar o sentido dos saberes clássicos que formam parte da cultura considerada como legado valioso no qual iniciar, de alguma maneira, a todos os cidadãos. As disciplinas e áreas do saber que formam os currículos escolares são, em muitos casos, seleções arbitrárias, sem coerência interna, que não transmitem nem cultivam a essência básica de cada área.

Outro problema da relação entre educação formal e situação de pobreza decorre da nula participação dos professores na formulação dos programas assistenciais vinculados no âmbito escolar, bem como nula participação dos assistentes sociais nas unidades de ensino. As intersecções entre as políticas assistenciais de caráter mais focalizado nos segmentos mais pobres da sociedade e as políticas educacionais (universalistas e em principio aberta para todos)

denunciam uma convivência pouco clara e uma tensão permanente entre as diferentes lógicas. Mesmo atendendo a faixas etárias incluídas na obrigatoriedade escolar dentro do ensino público, os programas assistenciais foram absorvidos e universalizados pelas escolas públicas – por exemplo, a merenda escolar –, incorporados ao seu funcionamento desde o planejamento e financiamento até as suas práticas. Alguns educadores salientam que a incorporação de programas de transferência de renda no cotidiano escolar está fazendo com que alunos e pais não vejam mais a escola como espaço de aprendizagem e sim como uma fonte de recursos financeiros, um elo entre a situação de pobreza e o aluno/família.

Também preocupa a constatação das enormes dificuldades que enfrenta a infância pobre para frequentar a escola. Com alunos em situações de severa pobreza, a escola passa por um processo de transformação na maneira em que é “consumida” pelos alunos, de tal maneira que por muitas vezes a própria forma de ser do escolar está em jogo. Os alunos muito pobres constituem um desafio para os professores que trabalham em inacreditáveis condições de precariedade na maioria das escolas públicas periféricas, muitas vezes sendo esses alunos “tolerados” - e não verdadeiramente incluídos - por falta de opções para desenvolver outro tipo de trabalho pedagógico.

A ampliação da discussão sobre o currículo escolar (especialmente no ensino fundamental) está relacionada com a utilização das escolas públicas como local de universalização do ensino, com a intervenção do Estado, visando promover a empregabilidade futura de novos cidadãos, ou, quando essa não é uma alternativa possível tendo em vista a sociedade dual, visando compensar situações focalizadas na injustiça econômica que poderiam levar à desintegração social. Nessa segunda situação trata-se de paradoxalmente da expansão educacional por meio de extrema negação da educação pública e de qualidade para as majorias, pois a educação formal para os pobres foi transformada em condições de acesso a uma renda mínima.

O valor cultural da escola se relativiza mais se considerarmos o poder desigual da atração que têm os métodos escolares e os meios pelos quais se apresenta ao aluno o currículo escolar.

Isto nos leva a pensar a instituição escolar e seu currículo dentro de um nicho cultural mais amplo que afeta o aluno e que este pode e deve aproveitar, o que exige a transformação substancial da instituição escolar, das fontes de informações

e dos conteúdos que oferece aos alunos, seus métodos, seus procedimentos de controles, assim como melhorar seus recursos desenvolvidos.

É obvio que, nas sociedades os estímulos culturais têm muitos canais, criando disfunções na instituição escolar. Essas disfunções são mais evidentes em momentos históricos como o que atravessamos, no qual, com um sistema escolar rígido e obsoleto, se tem acesso a outros níveis de desenvolvimento econômico e cultura. A educação (pública, de qualidade que abarque da pré-escola à universidade), certamente, é direito prioritário de todo ser humano, todavia ainda são relativizados pela ideologia positivista e meritocrática, dominante na sociedade brasileira.

A passagem dos alunos pelo sistema escolar, a necessidade de que sua progressão tenha relação com o domínio progressivo de alguns conteúdos e aprendizados básicos, a ordenação do professorado especializado em áreas ou cadeiras do currículo, o controle mínimo na expedição de validações, etc. leva a uma intervenção administrativa. A regulação dos sistemas curriculares por parte de um sistema político e administrativo é uma consequência da própria estrutura do sistema educativo e da função social que cumpre.

Tais apreciações nos levam a matizar a importância do currículo escolar e a observar novas perspectivas em suas concepções e em sua reforma. A mudança dos currículos para a educação básica, obrigatória para todos os cidadãos, deveria considerar essa situação cultural em nossa sociedade, aproveitar decididamente todos os meios de que hoje se dispõe. A melhora da qualidade do ensino deve partir dessas novas realidades culturais, a existência de meios potentes no exterior frente os quais os cidadãos têm oportunidades de acesso desiguais e a necessidade de mudar os métodos de adquirir cultura. Se a escolaridade básica pode ser uma base cultural de todos os cidadãos, embora nem todos poderão se aproveitar dela por igual, segundo seus condicionamentos culturais, em troca, é evidente que essa outra cultura é nitidamente mais favorável aos que têm mais meios para adquiri-la, os que pertencem a ambientes familiares nos quais as atividades são mais positivas para estimulá-la e também podem pagá-la. A escola, como possível instrumento de nivelção social, e conseqüentemente e o combate às desigualdades sociais.

Neste sentido, podemos afirmar que existe certa indiferença e uma falta de solidariedade entre as classes que compõe a elite intelectual e econômica do nosso

país que, a princípio, não mais se chocam, não se sentem mais absortas ante as situações calamitosas inerentes à pobreza. Vemos que ainda hoje prevalece o pensamento positivista e burguês sobre a naturalização da miséria e a culpabilização das vítimas, acusando-as de “falta de força de vontade” por sucumbirem às condições desfavoráveis causadoras da degradação humana. Não nos furtemos de concordar que este pensamento, irresponsável e acrítico, apenas acirra os contundentes contrastes sociais. (MOREIRA, 2006).

Em resumo, constatamos que a pobreza deve ser considerada com base em uma perspectiva não somente econômica, que contempla exclusivamente a falta de renda ou sua insuficiência. Existem aspectos da pobreza que podemos chamar de éticos, concernentes ao autorrespeito e à autonomização. Todavia, o viés econômico, ligado à presença de uma renda regular, permanece uma condição imprescindível para a superação da miséria e dos componentes éticos envolvidos. Por essas razões, é oportuno considerar diferentes facetas da pobreza no Brasil.

A dificuldade de lidar com um fenômeno social de muitas caras coloca a nu a visão da própria sociedade sobre a pobreza e sua incessante reprodução. Em virtude da complexa configuração ideológica que cerca a pobreza, por vezes sequer nos governos e instituições nacionais e internacionais há pessoas preparadas para formular e executar políticas combativas. O lado intangível da pobreza exige modos próprios de compreendê-la. Ainda uma vez, Pierre Salama ilumina o dilema que envolve os que trabalham com o tema: “por vezes, finos conhecedores da pobreza no papel são incapazes de compreendê-la na vida cotidiana e, chamados à responsabilidade, seja nas organizações internacionais ou nos governos, preconizam políticas no mínimo inadequadas” (DESTREMAU; SALAMA, 1999, p. 18).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa característica estrutural como país de desigualdades sustenta um projeto societário que historicamente privilegiou alguns, deixando milhões à margem. A inexistência de escolas ou sua existência sem qualidade para a maioria, refletiu

sempre um determinado padrão de funcionamento como sociedade. Não há acasos nesse processo.

O “olhar de cima” para os pobres correspondeu, historicamente, a lugares pré-determinados nos quais os pobres deveriam realizar as tarefas mais rudes e ocupar as profissões consideradas mais “simples”, para quais não fossem necessários longos anos de estudo. Parte do nosso atraso como nação vincula-se diretamente a esse imaginário, na maioria das vezes não revelado, de “castas sócias”.

Observamos que as políticas sociais foram criadas para compensar as desigualdades presentes em nossa sociedade. A finalidade desses programas, no curto prazo, é aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e, no longo prazo, investir no capital humano, quebrando o ciclo intergeracional da pobreza.

As políticas de enfrentamento das desigualdades, levadas ao termo na última década, e seu caráter sistêmico e intersetorial assumido, sobretudo, a partir do Programa Bolsa Família, em que pesem todas as contradições próprias do modo de produção capitalista, têm construído possibilidades reais de mudança de vida para milhões de pessoas.

Currículos mais amplos e professores que consideram que devem intervir em funções, objetivos e conteúdos muitos diversos levam, definitivamente, a uma transformação das relações pedagógicas. Se os novos modelos educativos requeridos pela função que cumpre a escolaridade na sociedade recaem em novos currículos, para cumprir com os fins dos mesmos, é preciso toda uma transformação pedagógica, não apenas dos conteúdos, mas também dos métodos e das condições escolares.

O que significa que temos que levar em consideração a inovação do currículo, a formação de professores, a transformação das condições da escola, assim como os conflitos com o ambiente exterior pela mudança de atitudes que isso comporta basicamente nos pais.

As crianças e jovens, filhos das classes populares, assumidos pela sociedade e pelo Estado Brasileiro como sujeitos de direitos e partícipes de projetos educativos que promovam protagonismo social e processos de emancipação, seguramente nos ajudarão a escrever um futuro que revele outras estatísticas e outros cenários sociais. Para tanto, a contribuição do currículo escolar, a escola que promova o

pleno desenvolvimento humano no campo das ciências, das artes, da cultura, das tecnologias e mídias, do esporte, entre outros, é fundamental.

Dito de outro modo, os esforços para uma proposição de currículo escolar diferente do que é proposto aos alunos, em uma perspectiva de formação humana integral, alinha-se aos esforços para empoderar a população em termos de acesso aos bens de cultura e aos bens materiais que permitam a construção de contextos dignos para a organização e o desenvolvimento da vida. *Tempos-espacos de um justo e digno viver*, como diria Miguel Arroyo (in MOLL, 2012).

Portanto, a educação básica para todos, da educação infantil ao ensino médio, precisa, progressivamente, criar oportunidades formativas a todos e de amplos horizontes formativos para que tenhamos o mínimo de igualdade de oportunidades no futuro.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola Pública e Pobreza no Brasil: a Ampliação para Menos
Rio de Janeiro: LAMPARINA, 2009, p. 352.

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOOL,
Jaqueline. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e
espacos educativos. Porto Alegre: Penso, 2013. p.33-35.

ASSIS, Samuel G.; FERREIRA, Kaline M.; YANOULLAS, Silvia C. Educação e
pobreza: 1limiaries de um campo em (re)definição*. Revista Brasileira de Educação
v. 17 n. 50 maio-ago. 2012. p. 345.

BIBIANO, Bianca. Currículo nacional é o primeiro passo para educação avançar.
ago 2014.

Disponível em < [http://veja.abril.com.br/educacao/curriculo-nacional-e-o-primeiro-
passo-para-educacao-avancar/](http://veja.abril.com.br/educacao/curriculo-nacional-e-o-primeiro-passo-para-educacao-avancar/) >

Acesso em 02/11/2016.

BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brazil. Rio de
Janeiro, 1824. Disponível em <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>

Acesso em 04 de Setembro de 2016.

BRASIL. DECRETO Nº 5.209 de 17/09/2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de
janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

Brasília, 2004. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-
2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm) >

Acessado em 16 de Agosto de 2016.

BRASIL. LEI Nº 10.836 de 09/01/2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm >

Acesso em 20 de Agosto de 2016.

FERRARO, Alceu. Escola e produção do analfabetismo no Brasil. Educação e Realidade. Porto Alegre: Mediação, 2001. p. 195.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Campinas: Revista Educação e Sociedade, vol. 24, 2. 82, p. 93-130, 2003. Disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br>>

Acessado em 20 de Agosto de 2016.

LEÃO, Geraldo M. P. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, Volume 32, N1. p. 31-48, jan./abr. 2006.

MOLL, Jaqueline. Reflexões acerca da educação para superação da extrema pobreza: Desafios da escola de tempo completo e de formação integral. 1ª EDIÇÃO. Brasília, 2014. p. 563 à 581.

MOREIRA, Marilda M. S. Qualidade de vida: Expressões Subjetivas e Históricas-Sociais. Serviço Social em Revista – Volume 9 – N. 1. Jul. a Dez/2006.

RIBEIRO, Maria Luiza S. História da Educação Brasileira: a organização escolar. 4. Ed. São Paulo: Moraes, 1984.

RIBEIRO, Priscila T. Fracasso escolar: reflexões sobre um problema que se repõe e possibilidades de enfrentamento. Piracicaba, SP, 2013 p. 28.

SACRISTÁN, J. Gimeno. A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda. Traduzido por Heloísa Brambatti. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SILVA, Gabriel R. CARVALHAL, Marcelo D. A territorialidade do Programa Bolsa Família e da pobreza no Oeste do Paraná. Revista Pegada – Volume. 11 N.1. Junho de 2010, p. 155 a 170.